COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e organização а procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Suprima-se o parágrafo 3º do artigo 6º do Projeto de Lei nº 1.293, de 2021.

"Art.								
6°								
ر د ع	٨	implementação dos	programae	40	autoco	ntrolo	40.0	2110

§ 3º A implementação dos programas de autocontrole de que trata o caput poderá ser certificada por entidade de terceira parte."

JUSTIFICAÇÃO

O sistema de autocontrole visa tornar mais eficiente e inteligente o sistema de fiscalização e certificação da inspeção sanitária, conferindo maior autonomia e também maior responsabilidade aos agentes privados.

Além disso, o PL visa instituir um Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, com o objetivo de estimular o





aperfeiçoamento de sistemas de garantia da qualidade robustos e auditáveis, com vistas consolidação de um <u>ambiente de confiança recíproca entre o</u> <u>Poder Executivo federal e os agentes regulados</u>.

Nesse contexto, a certificação de terceira parte vai burocratizar um sistema que visa simplificar e aperfeiçoar, com aumento de transparência e confiança recíproca, além de elevar os custos para os agentes privados.

Esse dispositivo está na contramão dos objetivos do PL, pois os programas de autocontrole e as informações das empresas estarão disponíveis para auditorias oficiais, devendo, portanto, ser excluída a certificação de terceira parte.

Sala da Comissão, de junho de 2021

Deputado Jerônimo Goergen Progressistas-RS



